



Número: **0600344-05.2025.6.16.0000**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des.(a) Eleitoral de Direito 2**

Última distribuição : **24/07/2025**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: **Representação Eleitoral com pedido liminar nº 0600344-05.2025.6.16.0000, ajuizada pelo Movimento Democrático Brasileiro Diretório Estadual do Paraná em face Sérgio Fernando Moro, Mauro Rafael Moraes e Silva e Administradores das páginas na rede social instagram denominadas "@sergiomorogovernador.pr" e "@mauromoraesemoro.pr". Alega-se que, os portais de imprensa e os institutos de pesquisa têm trazido nomes contundentes que já se revestem como pré-candidatos ao executivo estadual, entrando nesta lista indivíduos como Alexandre Curi (PSD), Rafael Greca (PSD), Beto Richa (PSDB), entre outros, além do ora representado Sérgio Moro (União). Verifica-se que o ora representado Sérgio Moro é pré-candidato ao Governo do Paraná, título que ele próprio inclusive já se denominou em entrevistas aos veículos de imprensa paranaenses, confirmando haver seu pleno interesse em lançar seu nome ao Poder Executivo Estadual no pleito eleitoral que se aproxima. O simples fato de o representado intitular-se como pré-candidato ao Governo do Paraná gera comoção social e eleitoral, o que demanda especial cautela e responsabilidade do mesmo com relação ao estrito cumprimento da legislação eleitoral, sob pena de haver a quebra da paridade de armas entre os pré-candidatos e eventualmente posteriores candidatos a Governador do Paraná. A pré-campanha do representado Sérgio Moro (pré-candidato que reúne os atributos apelativos), tem ultrapassado os limites da legislação promovendo clarividente propaganda eleitoral antecipada, sobretudo com a utilização das "Magic Words". Os representados utilizam de várias expressões: "vai ser no primeiro turno", "juntos, seguimos nessa jornada", "vamos caminhar juntos rumo a um governo justo", "nosso governador", "vamos juntos com Sérgio Moro e Mauro Moraes", "seu próximo governador", "vamos ganhar no 1º turno", "hora de dar uma chance a moro", denotando em viés inequívoco a utilização das palavras mágicas. (Requer: b) A concessão da tutela provisória de urgência em sede liminar - inaudita altera pars, para que se ordene a imediata suspensão/remoção/retirada dos perfis impugnados nesta representação ou ao menos das postagens neles contidas, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 por dia de descumprimento, pelas razões acima expostas; c) Em paralelo processual, a expedição de ofício à provedora Meta para que traga as informações sob sua posse a respeito dos administradores das páginas aqui denunciadas, para que suas pessoas físicas responsáveis integrem o polo passivo da ação em conjunto aos representados Mauro Moraes e Sérgio Moro; e) Ao final, confirmando-se a liminar deferida, seja a representação julgada integralmente procedente, reconhecendo-se de forma definitiva a existência de propaganda eleitoral extemporânea irregular perpetrada em conjunto pelos representados, determinando-se a retirada definitiva dos perfis/postagens bem como condenando-os ao pagamento de multa em patamar máximo, prevista nos dispositivos inerentes da legislação eleitoral.)**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PARANA - PR - ESTADUAL (REPRESENTANTE)	
	ORLANDO MOISES FISCHER PESSUTI (ADVOGADO)
ADMINISTRADORES DAS PÁGINAS NA REDE SOCIAL INSTAGRAM DENOMINADAS (REPRESENTADO)	
MAURO RAFAEL MORAES E SILVA (REPRESENTADO)	
	ALINE FERNANDA PEREIRA KFOURI (ADVOGADO) GUSTAVO SWAIN KFOURI (ADVOGADO)
SERGIO FERNANDO MORO (REPRESENTADO)	
	BRUNO ROBERTO VOSGERAU (ADVOGADO) LUIS FELIPE CUNHA (ADVOGADO) SERGIO ROBERTO VOSGERAU (ADVOGADO)

Outros participantes	
Procurador Regional Eleitoral (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
44737876	23/09/2025 10:32	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**REPRESENTAÇÃO (11541) 0600344-05.2025.6.16.0000**

REPRESENTANTE: MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - PARANA - PR - ESTADUAL

Representante do(a) REPRESENTANTE: ORLANDO MOISES FISCHER PESSUTI - PR38609-A

REPRESENTADO: SERGIO FERNANDO MORO, MAURO RAFAEL MORAES E SILVA, ADMINISTRADORES DAS PÁGINAS NA REDE SOCIAL INSTAGRAM DENOMINADAS

Representantes do(a) REPRESENTADO: BRUNO ROBERTO VOSGERAU - PR61051, LUIS FELIPE CUNHA - PR52308, SERGIO ROBERTO VOSGERAU - PR19231

Representantes do(a) REPRESENTADO: ALINE FERNANDA PEREIRA KFOURI - PR40639-A, GUSTAVO SWAIN KFOURI - PR35197-A

**RELATORA: DESA. ELEITORAL VANESSA JAMUS MARCHI**

**DECISÃO**

I. Trata-se de Representação Eleitoral, com pedido de liminar, proposta pelo **PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO** em face de **SÉRGIO FERNANDO MORO, MAURO RAFAEL MORAES e SILVA** e administradores das páginas da rede social no instagram [@sergiomorogovernador.pr](#) e [@mauomoraesemoro.pr](#), para apurar a veiculação de propaganda eleitoral extemporânea.

A Representação Eleitoral foi ajuizada contra Sérgio Fernando Moro, Mauro Rafael Moraes e Silva e os administradores das páginas de Instagram "[@sergiomorogovernador.pr](#)" e "[@mauomoraesemoro.pr](#)". O representante alega que Sérgio Moro, autodenominado pré-candidato ao Governo do Estado do Paraná, estaria realizando propaganda eleitoral antecipada por meio da utilização de "Magic Words" em diversas expressões, como "vai ser no primeiro turno", "nosso governador", e "hora de dar uma chance a moro". O pedido inicial visava a suspensão/remoção imediata dos perfis ou das postagens, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00, além da identificação dos administradores e a condenação definitiva dos representados por propaganda extemporânea.

A decisão monocrática denegatória da liminar concluiu pela ausência dos requisitos de probabilidade do direito (*fumus boni juris*) e perigo de dano (*periculum in mora*).

Em face do indeferimento da liminar foi interposto agravo interno, buscando a reforma dessa decisão, reiterando a alegação de uso de expressões com viés eleitoral que ultrapassariam os limites legais, configurando tentativa precoce de captação de votos.

Os agravados, Sérgio Fernando Moro e Mauro Rafael Moraes e Silva, apresentaram suas



contestações e contrarrazões ao agravo, arguindo, preliminarmente, ilegitimidade passiva e falta de procedibilidade da ação. No mérito, sustentaram a inexistência de propaganda eleitoral antecipada, afirmando que as publicações se enquadram nas condutas permitidas pela legislação eleitoral para pré-campanha, como divulgação de atos parlamentares, posicionamento político e pedido de apoio, sem pedido explícito de voto.

A Procuradoria Regional Eleitoral apresentou parecer, manifestando-se pelo desprovimento do Agravo Interno. No mérito, pelo prosseguimento do feito e, oportunamente, nova vista dos autos.

Pautados os autos de agravo interno para julgamento, houve manifestação do representante, pugnando pela *“homologação do presente pedido de DESISTÊNCIA do Agravo Interno e, por conseguinte, da própria Representação Eleitoral, para que produza seus jurídicos e legais efeitos”*.

Enviados os autos à Procuradoria Regional Eleitoral, que opinou pela homologação do pedido.

Apresentada manifestação pelos representados, pugnando pelo arquivamento do feito.

É o relatório. **Decido.**

**II.** Nos termos do art. 31, II, do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral o presente pedido pode ser decidido monocraticamente.

O pedido de desistência é ato unilateral do representante, nos termos do art. 998 do CPC. Note-se:

Art. 998. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

Parágrafo único. A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

Dessa forma, apresentada a desistência do Agravo Interno e da própria Representação Eleitoral, resta prejudicada a sua análise, inclusive quanto aos pressupostos de admissibilidade.

Portanto, não existe mais qualquer interesse processual por este TRE na análise dos fundamentos recursais.

**III.** Ante o exposto, com fulcro no artigo 998 do CPC e artigo 30, VIII, do RITRE, **HOMOLOGO** a desistência da Representação Eleitoral, bem como do Agravo Interno interposto para que produza os seus efeitos jurídicos, restando prejudicada a análise.

Intime-se. Arquive-se.

Autorizo a Sra. Secretária Judiciária a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta



decisão.

Curitiba, datado e assinado virtualmente.

**VANESSA JAMUS MARCHI**  
Relatora

